

MOÇÃO SECTORIAL

“Por sistemas alimentares saudáveis, resilientes e sustentáveis”

Enquadramento

O mundo produz alimentos suficientes para toda a população. Porém, com os padrões atuais de produção, distribuição e consumo, a ONU indica que 800 milhões de pessoas no mundo ainda passam fome e 2 mil milhões estão subnutridas, em especial crianças. Em oposição, 1.9 mil milhões de adultos têm excesso de peso, dos quais 600 milhões com obesidade e cerca de 1/3 da produção alimentar é perdida ou desperdiçada ao longo da cadeia, o que representa 8 a 10% de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) pela comida não consumida.

Evidenciam-se os desequilíbrios dos sistemas alimentares, com elevados custos económicos, sociais e ambientais, que tendem a intensificar até 2050, num mundo com 9 a 10 mil milhões de pessoas, dos quais 70% (atualmente são 55%) a viver em cidades e com padrões de consumo mais exigentes.

A pressão sobre a produção alimentar e recursos naturais tem aumentado, estimando-se ainda quebra de produtividade agrícola, especialmente em países mediterrânicos, como Portugal, face às alterações climáticas e ao despovoamento do interior. O consumo alimentar contribui para o aquecimento global na Europa em 31%, mais do que a habitação (24%) e os transportes (19%).

A ONU, entre outras organizações, tem, assim, defendido uma abordagem sistémica sobre a alimentação (contra abordagens orientadas apenas para a produção, distribuição e/ou consumo), do global ao local, contribuindo para pelo menos 12 dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. O Partido Socialista deve assumir a liderança nesse caminho sistémico.

Nutrição e Saúde

No nosso País, os hábitos inadequados de alimentação têm conduzido à perda de anos de vida saudável e a mortes por doenças do aparelho circulatório, diabetes, doenças renais e neoplasias. Aliás, a DGS identifica que esses hábitos têm sido um dos determinantes de doenças crónicas, que são a principal causa de absentismo e incapacidade de trabalho, com quebras de produtividade. Em Portugal, em 2017, cerca de 300.000 anos de vida saudável poderiam ter sido poupados com melhores hábitos alimentares, incluindo maior consumo médio diário de “Fruta, produtos hortícolas e leguminosas”, que em Portugal, é de 312 g/dia, quando a OMS recomenda um consumo de pelo menos 400 g/dia, com inadequação superior em adolescentes e crianças.

As novas formas de trabalho e lazer digital, mais sedentárias, com pouca ou nenhuma atividade física, também aumentam a probabilidade de doenças crónicas. Esta necessidade de mudança de padrões de consumo e de mobilidade em nome da nossa saúde era já apontada na moção setorial ao 22.º Congresso Nacional “Parceria para a Sustentabilidade” (2018).

A ciência aponta os benefícios ambientais e de saúde de uma dieta mediterrânica (DM), que em Portugal tem maior adesão pelo sexo masculino e pessoas idosas, embora com diferenças regionais. A Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 (aprovada pela RCM n.º 86/2020, de 13 de outubro) promove a DM, estimulando a produção nacional, sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis, cadeias curtas de abastecimento e sensibilização para alimentação saudável e sustentável. Visa também aumentar 20% o nível de adesão de portugueses à DM.

Antes da pandemia, verificava-se uma tendência decrescente de excesso de peso e obesidade infantil (em 2019, 17% dos portugueses tinham obesidade e 60% sofria de excesso de peso). Com a Covid-19, a situação agravou, com 26% a aumentarem de peso, sendo que a prevalência nacional de obesidade é 22% maior no sexo feminino. Esta diferença também é notória em termos de atividade física que é superior, para indivíduos do sexo masculino, qualquer que seja a faixa etária.

Refira-se que cerca de 60% das crianças que têm excesso de peso ou são obesas antes de atingirem a puberdade irão ter excesso de peso na idade adulta. A obesidade infantil encontra-se fortemente associada nomeadamente ao risco de desenvolver doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2.

De facto, a infância é determinante na aquisição de hábitos alimentares futuros. Mas, por falta de conhecimentos e tempo da família, a cultura da alimentação e competências relacionadas com a plantação, preparação e sabor dos alimentos estão a desaparecer do ambiente doméstico.

Sabemos que a mudança de dieta alimentar, à escala da população, está mais dependente de custos e acessibilidade do que de benefícios ambientais ou nutricionais, como é evidente no Eurobarómetro 2019: o custo da comida é o fator mais importante para portugueses na compra de comida (75%), seguida da origem de alimentos (58%), enquanto o conteúdo nutritivo é importante apenas para 35%.

A prevalência de insegurança alimentar é maior nas famílias com menores de idade, com rendimentos inferiores e baixa escolaridade. Também as doenças crónicas (p.e diabetes, hipertensão) são prevalentes nas classes sociais mais desfavorecidas e com níveis mais baixos de escolaridade. A pobreza e desigualdades sociais são, então, dos principais desafios das políticas alimentares e nutricionais, sendo necessário reforçar a intervenção para os grupos de risco e facilitar escolhas.

Em Portugal, desde 2017, foi mudado o paradigma da ajuda alimentar às famílias mais carenciadas. No âmbito do Programa Operacional às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), foram desenvolvidos cabazes de alimentos nutricionalmente equilibrados, que apoiavam cerca de 60 mil famílias / mês antes da pandemia.

Em situações de insegurança alimentar ligeira, o risco pode ser reduzido também capacitando as famílias para escolhas nutricionalmente equilibradas e adaptadas aos gostos ou simplificando a linguagem: vários países passaram a usar um semáforo nutricional no rótulo, que permite uma interpretação mais prática e comparação com outros produtos alimentares. Já há algumas marcas e cadeias de supermercados a usarem este sistema, mas ainda não está harmonizado nem generalizado.

As principais medidas implementadas em Portugal, com vista a aumentar o consumo de frutas e hortícolas é, segundo a DGS (2020):

- Cabazes de alimentos para pessoas mais carenciadas (PO APMC)
- Regime Escolar (distribuição de fruta e hortícolas nas escolas)
- Orientações para a oferta alimentar nas escolas e nas instituições do SNS
- Selo de Excelência “Alimentação saudável no ensino superior”

Também foi reforçada a informação ao consumidor, com campanhas, receitas saudáveis e outros materiais.

A alimentação e a nutrição são importantes na prevenção da doença e para minimizar consequências. Nos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde já ocorria a avaliação sistemática do risco nutricional a doentes internados desde 2019. Também a abordagem terapêutica de doentes com COVID-19 passou a integrar mais a componente nutricional (DGS, 2020).

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) pretende contribuir para estancar os efeitos da pandemia, tendo prevista verba para os cuidados de saúde primários que irão reforçar programas de prevenção. A mudança para dietas saudáveis terá benefícios económicos e sociais com a diminuição da pressão nos sistemas de saúde.

Porém, não é linear. De acordo com estudo realizado (Nature, 2020), dietas saudáveis criaram mais resíduos que dietas não saudáveis, face à maior proporção de frutas e legumes. Também agregados familiares com maiores rendimentos geraram mais 50% de resíduos alimentares que aqueles com menores rendimentos. Assim, promover práticas alimentares sustentáveis que melhoram a saúde, não serão suficientes.

Produção Agrícola e Florestal

Durante a pandemia, os agentes do setor agro-alimentar em Portugal ajustaram-se e criaram oportunidades para modelos de produção local, de qualidade e com identidade territorial forte. Este fortalecimento da ligação urbano-rural é, aliás, essencial para o futuro das zonas rurais.

Só o setor da agricultura emprega cerca de 8,4% da população ativa e é responsável por cerca de 1,6 % do VAB português, percentagem superior à de alguns dos grandes produtores agrícolas europeus como França (1,5 %), Alemanha (0,6 %) e Reino Unido (0,5 %) (RA2019).

A agricultura e a floresta são parte importante da economia local em zonas rurais, contribuindo com produtos alimentares de proximidade e de elevada qualidade nutricional, designadamente os que integram a DM, desde que garantida a respetiva viabilidade económica. Os procedimentos de contratação pública para aquisição de refeições deverão, por isso, permitir, de forma mais ágil, integrar alimentos de produção local, rastreáveis, para os refeitórios de organismos públicos.

O desafio é o de uma agricultura inovadora e digital que satisfaz as necessidades alimentares, preservando o ambiente, com remuneração justa a produtores/as.

Garantir uma agricultura e uma floresta sustentáveis e resilientes em Portugal são dos maiores desafios a enfrentar, como assumido no Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050. O seu compromisso para a sustentabilidade, em articulação com os demais atores, tem de continuar. Veja-se a redução em 45% do consumo de água pelo setor agrícola em Portugal, entre 2002 e 2016 ou do uso e risco associado aos produtos fitofarmacêuticos de -34% em Portugal entre 2011 e 2018 (-17% na UE). Das áreas da rede Natura 2000 em Portugal, 18% são agrícolas, evidenciando o papel do setor na preservação da biodiversidade.

Apesar da diminuição do número de agricultores em Portugal, os mesmos, em média, são mais profissionalizados e aumentaram os sistemas de produção tecnologicamente diferenciados, sobretudo em áreas irrigadas (RA 2019), com maior precisão quando e onde irrigar, tratar ou fertilizar. Mesmo assim, o investimento em investigação e inovação no setor agroalimentar continua a ser menos de 4% do total dos investimentos no País e com ligação limitada ao terreno.

O IPCC (2019) reconhece certas práticas agro-pecuárias, dietas sustentáveis e saudáveis e redução de perdas e desperdícios como as maiores oportunidades para redução de emissão de GEE, enquanto melhora também o nível de saúde das populações. Porém, as medidas para mitigação das emissões de GEE devem minimizar **riscos de fuga de emissões carbónicas**. Ou seja: riscos de transferência da produção nacional para países com menor ambição de redução de emissões ou a substituição de produtos portugueses por outros importados, com maior pegada ambiental. O que se pretende é obter reduções dos impactes ao longo de toda a cadeia de abastecimento, incluindo nas importações.

Autarquias

Os municípios podem e devem assumir a liderança local neste caminho para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, nomeadamente em três questões:

- como facilitar aprendizagem para melhores opções alimentares e redução de desperdícios;
- como providenciar melhor acesso (infra-estruturas e preços) a alimentação saudável;
- como fomentar a atividade física das comunidades.

A importância de estratégias locais para a promoção de uma alimentação saudável e sustentável é determinante, tendo o PNPAS (Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável) estabelecido protocolos de colaboração com alguns municípios nesse sentido. As boas experiências devem ser partilhadas e estas estratégias locais replicadas em mais municípios, com novos hábitos a desenvolver através de atividades educativas e experiências na comunidade.

As políticas públicas deverão assim contribuir para:

- Acelerar investigação e inovação para sistemas alimentares sustentáveis;
- Desenvolver uma rede de boas práticas autárquicas e de atores nestes sistemas;
- Reforçar a parceria entre setores, de forma a evitar decisões fragmentadas;
- Promover aconselhamento agrícola que inclua análise multi-dimensional, permitindo a escolha de práticas mais adequadas locais, tendo em conta interações biofísicas e económicas.
- Aumentar a acessibilidade de alimentos sustentáveis e saudáveis (custos e capacitação);
- Simplificar mecanismos para identificação de famílias em situação de insegurança alimentar;
- Estabelecer o sistema de semáforo nutricional nos rótulos dos produtos alimentares;
- Apoiar projectos-piloto de quantificação da pegada ambiental de produtos alimentares.

Propostas

- Promoção pelo PS de uma Conferência dedicada a Sistemas Alimentares Saudáveis e Resilientes, com boas práticas de autarquias socialistas, juntando contributos de várias secções temáticas e setoriais, como a de Ambiente e Território, Agricultura, Saúde e Educação, as estruturas federativas e concelhias, incluindo das Mulheres Socialistas;
- Promoção de planos de ação locais, focados em sistemas alimentares, com metas a monitorizar, incluindo impacte de género;
- Promover o consumo sustentável de produção local nas cantinas e refeitórios públicos, nomeadamente no âmbito da Lei n.º 34/2019, de 22 de maio.
- Preparar refeições nas cantinas e refeitórios geridos pelas autarquias (p.e. estabelecimentos do 1º ciclo/JI com cozinha), por pessoal dedicado, com dietas desenhadas por nutricionistas, com pelo menos 60% dos produtos de produção local, da região, com identificação da proveniência;
- Dar acesso de cidadãos/ãos a terra para hortas urbanas, escolares ou jardins comunitários e instalar eco-bairros associados;
- Disponibilizar ferramentas para cantinas e famílias desenvolverem menus saudáveis e acessíveis;
- Promoção de projetos de atividade física regular, incluindo ida de bicicleta para a escola / trabalho;



- Promoção de cadeias curtas de abastecimento, com organização da produção;
- Escolha das refeições em iniciativas do PS, a partir de alimentos locais e da época.

Em conclusão

Comer é uma necessidade humana básica. A pandemia ensinou-nos o quão ligados estão as temáticas ambientais com as sociais, de dieta e de saúde humana, bem como a urgência de um sistema alimentar seguro, nutritivo e acessível, não deixando ninguém para trás, com remuneração justa a produtores e a outros atores da cadeia de valor, e protegendo os recursos naturais.

Não há uma só solução, pelo que uma abordagem sistémica, com respostas multisetoriais, incluindo políticas públicas, nacionais e autárquicas, integradas e cooperativas é a chave. Este processo só resulta envolvendo os atores dos sistemas alimentares, de forma articulada, visto serem os principais utilizadores de recursos.

Com determinação e em rede, no seio das nossas estruturas partidárias e com a sociedade civil, continuamos juntos/as pela Sustentabilidade como bandeira do PS.

Junho 2021

Proponentes

Cátia Rosas – Militante 11 4082

Susana Amador – Militante 2 9333

Antónia Almeida Santos – Militante 13 838

Sérgio Cintra – Militante 23 444

Filipe Beja – Militante 149707

Luís Calaim – Militante 15 1764

Jorge Cristino – Militante 51 550

Subscritores

Alcina Trindade – Militante 4533

Alexandra Mota Torres – Militante 17992



Alexandra Tavares de Moura – Militante 37 506

Alexandre Simões – Militante 16 3495

Ana Cristina Pereira – Militante 37359

Ana Paula Viseu – Militante 52004

Ana Vitorino – Militante 45448

Antonieta Gomes – Militante 154 575

Carla Rosinhas – Militante 44363

Artur Carvalhinho – Militante 12 3498

Bruno Santos – Militante 127401

Carla Almeida – Militante 35 653

Carla Madeira – Militante 39211

Carla Miranda – Militante 60409

Carla Tavares – Militante 27023

Carla Eliana Tavares – Militante 107775

Célia Monteiro – Militante 159446

Cesaltina Oliveira – Militante 38220

Dalila Araújo – Militante 23923

Dora Costa – Militante 43 337

Dorita Gonçalves – Militante 151 350

Egídia Martins – Militante 48 777

Fátima Estevão – Militante 44 450

Fátima Fonseca – Militante 18 692

Fernanda Lima – Militante 12871

Filipa Gouveia – Militante 15 5984

Filipa Laborinho – Militante 76839

João Paulo Afonso Aguiar – Militante 15 1020

José Francisco Tavares Rolo – Militante 15 327

José Pedro Simões – Militante 25 237

José Manuel Alho – Militante 45 511

José Manuel Graça – Militante 19 721



Irene Lopes – Militante 15746
Isabel Leitão – Militante 11 3767
Madalena Presumido – Militante 58962
Maisa Bastos – Militante 16 3056
Mara Lagriminha – Militante 9 3214
Maria Alfaiate Pereira – Militante 16 3494
Maria Infância – Militante 11783
Maria Teresa Almeida – Militante 42491
Maria Santos – Militante 38 301
Maria Teresa Pires – Militante 3 086
Nuno Pedro Bernardo Miguel – Militante 163568
Otília Reis – Militante 27967
Patrocínia César – Militante 10 709
Paulo Afonso – Militante 70 343
Pedro Farmhouse – Militante 7 715
Raquel Veiga – Militante 14 5521
Romualda Fernandes – Militante 51 719
Rute Lima – Militante 36 255
Sónia Paixão – Militante 95956
Teresa Fragoso – Militante 96 678
Vera Braz – Militante 161906